

Teoria da imputação objetiva

@beatriznamiestudies

↳ procura conjugar elementos das outras teorias existentes.

↳ A adequação social passa a ser elemento normativo do tipo.

♥ ↳ A conduta só será imputável objetivamente ao agente se houver plausibilidade mínima entre a conduta e o resultado final.

Essa teoria surgiu para limitar o problema de nexos de causalidade entre a conduta e o resultado naturalístico, e partiu da premissa que a equivalência dos antecedentes causais era muito rigorosa para determinação do nexo causal, posto que se contentava com a mera relação física de causa e efeito.

▶ A teoria da equivalência dos antecedentes causais advém de um período de extremado positivismo jurídico, em que os juízes cumpriam a norma sem importar-se com o conteúdo.

▶ Teoria da *conditio sine qua non*: de acordo com essa teoria, a parede de contenção do poder de punir do Estado reside, exclusivamente, na falta de imputação subjetiva. Adquire relevante importância ao limitar o âmbito de incidência da equivalência dos antecedentes, conferindo ao nexo causal, também, um elemento jurídico.

O fato típico depende de duas operações: imputação objetiva (relação de causa e efeito), verificação se o sujeito deu causa ao resultado.

A vinculação do resultado naturalístico ao autor deixa de ser apenas um exercício de lógica formal, pl transformando-se em um processo de avaliação mental bem mais abrangente, o qual irá extrapolar a simples verificação de causalidade através de um processo de ordem físico-naturalística.

A imputação objetiva se apresenta como um complemento corretivo das teorias causais.



exigências

- nexo físico entre a conduta e o resultado
- conduta socialmente inadequada, proibida
- criação de um risco relevante
- resultado deve estar dentro do âmbito de risco